VI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE SERVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO
Nº 1/2022

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

Técnico – Sociólogo

Tarde

Tipo 2 - VERDE

Organizadora:

Consulplan
AVALIANDO COM GABARITO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Desumanidade

Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por *Bucha*. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de *Kiev* é inominável. Quando as tropas russas abandonaram a região ao norte da capital ucraniana, deixaram evidências de crimes de guerra. E um rastro de dor e de horror que provocará traumas profundos na sociedade da ex-república soviética. As imagens que chegaram de *Bucha* causaram comoção e revolta em todo o mundo. Civis executados com tiros na cabeça; os corpos com as mãos amarradas às costas, além de sinais de tortura, abandonados pelas ruas. Um homem sem vida ao lado da bicicleta, no meio da estrada. Uma cova coletiva com 57 cadáveres nos arredores da cidade. Em *Bucha* e em localidades vizinhas, a Procuradoria-Geral da Ucrânia informou terem sido encontrados 410 civis mortos.

Guerras, por mais que sejam desprovidas de sentido e de lógica, precisam seguir regras de conduta. Uma delas é jamais atingir a população civil. Os alvos têm que se resumir aos objetivos militares. Recebi várias imagens de *Bucha*. Os cidadãos foram subjugados, provavelmente torturados e humilhados, antes de serem assassinados friamente. O Tribunal Penal Internacional precisa investigar a matança e punir de forma exemplar todos os responsáveis pelas atrocidades, do mais baixo ao mais alto escalão militar e de poder. A comunidade internacional tem a obrigação moral de reforçar as sanções contra *Vladimir Putin* e sua autocracia.

Não se trata mais de *Putin* sentir-se ameaçado pela expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) rumo ao Leste da Europa. O que está em questão aqui é a existência de provas cabais de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. A guerra que muitos querem justificar como legítima está assassinando civis, que nada têm a ver com pretensões políticas ou militares de *Putin* e do presidente ucraniano, *Volodymyr Zelensky*. São pais, mães, filhos, executados a sangue frio e sem piedade.

O único legado da guerra de *Putin* será a dor. A Ucrânia precisará se reerguer das ruínas, e seus cidadãos terão que aprender a conviver com o luto e com o trauma. A Rússia será relegada ao status de pária, e seus líderes deverão prestar contas à Corte de *Haia*. Soldados russos conviverão com a pecha de assassinos e com as memórias de quando escolheram a desumanização. Minhas lágrimas por *Bucha*.

(Rodrigo Craveiro. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2022/04/4998550-rodrigo-craveiro-desumanidade.html – Em: julho de 2022.)

01

A forma verbal "*poderia*" em "*Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por Bucha. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de Kiev é inominável.*"(1º§) representa um fato não concluído assim como ocorre com a forma verbal destacada em:

A) Tu foste feliz em uma época distante.
B) O diretor disse que renunciaria ao cargo ontem.
C) Ele estivera naquela região, lembro-me perfeitamente.
D) Amara tão intensamente que sua saúde ficou comprometida.

02

Estabelecendo-se uma relação entre o título atribuído ao texto e o título sugerido opcionalmente pelo próprio autor no início do texto, pode-se afirmar que:

A) Demonstra que o assunto apresenta questões polêmicas e controversas.
B) Tem como objetivo provocar o interlocutor quanto à relevância de tal escolha.
C) Trata-se de uma estratégia argumentativa para sustentar a tese apresentada e defendida no texto.
D) A aparente dúvida do autor quanto ao título textual tem sua justificativa apresentada no próprio texto.

03

As vírgulas que separam o segmento "*por mais que sejam desprovidas de sentido e de lógica*":

A) Podem ser substituídas pelo duplo travessão.
B) Promovem o emprego de uma linguagem erudita.
C) Foram empregadas em função de destacar o termo "Guerras".
D) Não são obrigatórias, neste caso, de acordo com a norma padrão da língua.

04

Em relação à linguagem utilizada no texto, pode-se afirmar que:

A) A variedade linguística aplicada caracteriza o emprego da linguagem técnica como estratégia para atrair a atenção do leitor.
B) O grau de formalidade está relacionado ao conteúdo trazido ao texto, não podendo tal conteúdo ser referenciado de outra forma.
C) Considerando o suporte textual empregado, a adequação quanto à linguagem faz referência ao uso da linguagem informal de forma predominante com objetivo de atrair o interlocutor.
D) A linguagem padrão foi adequadamente empregada de acordo com o gênero textual apresentado, sendo essa uma de suas características quanto à estrutura linguística do gênero textual apresentado.

05

A respeito da expressão das intenções e pontos de vista do enunciador, pode-se afirmar que em "*Os cidadãos foram subjugados, provavelmente torturados e humilhados, antes de serem assassinados friamente*." (2º§) é possível reconhecer tal procedimento e sentido que expressa em relação ao exposto:

A) Anterioridade e provocação.
B) Ceticismo e obrigatoriedade.
C) Possibilidade e temporalidade.
D) Duplicidade, certeza e comprovação.

06

A frase com a qual o texto é finalizado: "*Minhas lágrimas por Bucha*" pode ser considerada uma reescrita que mantém a correção gramatical e o sentido original para a opção de título sugerido no início do texto? Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a pergunta anterior.

A) Não, não há qualquer relação de sentido entre as estruturas linguísticas referidas no enunciado.
B) Sim, o trecho destacado seria uma terceira opção para o título do texto já que se trata de uma reescrita da opção apresentada cujo sentido original está plenamente mantido.
C) Não, apesar de haver uma relação em referência ao conteúdo, a finalização do texto tem sentido diferente do indicado no título sugerido quando torna o discurso pessoal, particular.
D) Não, ainda que o conteúdo da frase final do texto esteja relacionado à sugestão do título apresentado na introdução, o título de um texto como o do gênero textual em análise não pode apresentar qualquer tipo de parcialidade.

07

É possível afirmar, a partir da leitura do texto, que:

A) O afastamento da comunidade internacional provoca o fortalecimento de ações de guerra em que civis são afetados.
B) As reações aos fatos mencionados perpassam por uma trajetória temporal que vai do presente a uma projeção para o futuro.
C) Embora haja regras seguidas no contexto apresentado, tal conduta não pôde minimizar os efeitos negativos inerentes às ações executadas.
D) Os sentimentos provocados pelos horrores da guerra mencionados no texto demonstram, apesar de toda comoção, acomodamento como resultado de um sentimento de incapacidade.

08

Em "*Esse artigo bem que poderia ser chamado Lágrimas por Bucha. O que aconteceu na cidade situada nos arredores de Kiev é inominável.*"(1º§) o uso da letra maiúscula pode ser indicado como:

A) Parcialmente correto.
B) Completamente correto.
C) Completamente incorreto.
D) Facultativo em todas as ocorrências.

09

De acordo com o último parágrafo do texto, pode-se afirmar que:

A) Há um contraste entre as ações propostas pelos envolvidos no conflito e as ações por eles realizadas.
B) São apresentadas propostas de intervenção para o assunto tratado, mas apenas um agente para sua realização.
C) O autor é categórico em suas afirmações acerca das situações futuras envolvendo adversários em situação de conflito.
D) A partir de uma sequência de possibilidades, o autor demonstra sua preocupação com a atual situação dos países envolvidos no cenário por ele retratado.

10

"*As imagens que chegaram de Bucha causaram comoção e revolta em todo o mundo. Civis executados com tiros na cabeça; os corpos com as mãos amarradas às costas, além de sinais de tortura, abandonados pelas ruas. Um homem sem vida ao lado da bicicleta, no meio da estrada. Uma cova coletiva com 57 cadáveres nos arredores da cidade.*" (1º§) Considerando-se as variadas características de tipos textuais diferentes, em relação ao trecho destacado anteriormente, pode-se afirmar que:

A) O enunciador se concentra no tema do discurso.
B) O enunciador designa no discurso, as variáveis do contexto verbal.
C) Há relação de anterioridade e posterioridade entre os fatos relatados.
D) A sequenciação da enunciação das imagens apresentadas não pode ser alterada.

ÉTICA E LEGISLAÇÃO

11

O Ministério Público do Estado do Pará promoveu um seminário para discutir Ética Pública, tendo o palestrante apresentado regras deontológicas do Decreto Federal nº 1.171/1994. Quanto às regras deontológicas, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O êxito do trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser considerado como seu maior patrimônio e como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que ele próprio é integrante da sociedade na condição de cidadão.
B) Permitir a formação de longas filas, deixando qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que o servidor público exerce suas funções, caracteriza, não apenas, ato de desumanidade, mas especialmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
C) A moralidade, como princípio da Administração Pública, vai além da distinção entre o bem e o mal; por isso, deve ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o interesse do cidadão. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade consolida a eficiência na prestação dos serviços públicos.
D) A função pública deve ser tida como exercício profissional e, nesse sentido, se integra também na vida particular de cada agente público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão diminuir ou acrescer o seu bom conceito na vida funcional.

12

No que tange à Lei nº 13.140/2005, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

A) O mediador, no desempenho de sua função, poderá reunir-se com as partes em conjunto, vedado ouvi-las separadamente, ainda que para facilitar o entendimento entre aquelas.
B) Para atuar como mediador judicial, é preciso deter capacidade civil e ser graduado, há pelo menos um ano, em curso de ensino superior em Direito, com capacitação em mediação.
C) Qualquer pessoa capaz poderá atuar como mediador extrajudicial, se tiver a confiança das partes, independentemente de capacitação, desde que integre conselho, entidade de classe ou associação.
D) Equipara-se a servidor público, para fins da legislação penal, tanto o mediador quanto as pessoas que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas.

13

Um promotor de justiça do Estado Alfa propôs ação de improbidade administrativa em face de servidor público que praticou um ato omissivo decorrente de divergência interpretativa de lei, com base em jurisprudência do Tribunal de Contas daquele Estado. Nesse sentido, consideradas as disposições gerais da Lei nº 8.429/1992, referida omissão, em tese:

A) Não configura ato de improbidade administrativa.
B) Configura ato de improbidade se a jurisprudência for posteriormente superada.
C) Caracteriza atentado ao princípio da legalidade e configura ato de improbidade administrativa.
D) Representa conduta culposa, passível de configuração como ato de improbidade administrativa.

14

O Ministério Público do Estado do Pará instaurou um processo administrativo "X", com base em sua legislação ordinária específica, que prevê o mesmo regramento sobre prazos previsto na Lei Federal nº 9.784/99. Nesse sentido, é correto afirmar que no processo administrativo "X":

A) Um prazo de dois dias úteis publicado em uma sexta-feira vence na segunda-feira seguinte.
B) Os prazos não admitem suspensão, salvo hipótese de requerimento conjunto de duas ou mais partes.
C) Um prazo de um mês, publicado em 31.01.2022 (segunda-feira), venceu em 28.02.2022 (segunda-feira).
D) Os prazos em anos contam-se em dias corridos, incluindo-se o dia do início e excluindo-se o dia do vencimento.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL E INSTITUCIONAL

15

Em relação ao exercício do cargo público, nos termos da Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) O servidor empossado, que não entrar em exercício no prazo previsto na Lei, será demitido do cargo público.
B) O servidor preso em flagrante ou pronunciado por crime comum somente será afastado do exercício do cargo após a sentença final transitada em julgado.
C) O exercício do cargo terá início dentro do prazo de quinze dias, contados da data da posse, no caso de nomeação, e nos demais casos, da data da publicação oficial do ato.
D) O servidor poderá ausentar-se do Estado, para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimento, mediante prévia autorização do Governador do Estado.

16

Sobre as formas de provimento derivado e movimentação de pessoal, nos moldes da Lei nº 5.810/1994, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) A redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo ou função, para o quadro de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, a pedido ou *ex-officio*.
B) O ato de reintegração será expedido no prazo máximo de sessenta dias do pedido, reportando-se sempre à sentença judicial transitada em julgado ou à decisão administrativa definitiva.
C) A promoção é a progressão funcional do servidor estável a uma posição que lhe assegure maior vencimento-base, em cargo de maior escolaridade, obedecidos os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
D) O retorno à atividade de servidor aposentado por incapacidade permanente, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se reversão e prescinde de a aposentadoria ter ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação.

17

Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, quanto à destituição do Procurador-Geral de Justiça, está correto o que se afirma em:

A) Sendo a proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça rejeitada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, os autos do processo respectivo serão encaminhados para a decisão final do Conselho Superior do Ministério Público.
B) Contados do recebimento da notificação da proposta de destituição, o Procurador-Geral de Justiça poderá oferecer contestação e requerer produção de provas, indicando testemunhas ou apresentando documentos no prazo de vinte dias.
C) Se o Conselho Superior do Ministério Público reprovar a destituição do Procurador-Geral de Justiça, este reassumirá imediatamente o cargo e, na hipótese de aprovação, o Subprocurador-Geral de Justiça assumirá imediatamente as atribuições do destituído.
D) A destituição do Procurador-Geral de Justiça, assegurada ampla defesa e contraditório, será proposta em petição escrita e devidamente instruída com provas dos fatos, por iniciativa da maioria absoluta do Colégio de Procuradores de Justiça, e dependerá da aprovação de dois terços de seus integrantes, mediante voto secreto.

18

Em relação ao planejamento estratégico e operacional do Ministério Público, nos moldes da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, assinale a afirmativa correta.

A) O Plano Geral de Atuação (PGA) e o Plano Plurianual (PPA) do Ministério Público serão aprovados pelo Procurador--Geral de Justiça e elaborados com a participação efetiva dos representantes dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.
B) São instrumentos do planejamento estratégico e operacional do Ministério Público, o Plano Geral de Atuação do Ministério Público (PGA-MP/PA), o Plano Plurianual do Ministério Público (PPA-MP/PA), além de outros instrumentos previstos em lei ou em ato normativo.
C) Os Programas ou Planos de Atuação (PA) aprovados pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, visarão atender situações emergenciais relacionadas com as funções institucionais ou áreas de atuação do Ministério Público e dependerão de suas disponibilidades orçamentária e financeira.
D) Os Programas e Projetos Especiais (PE) das Procuradorias de Justiça e das Promotorias de Justiça especificarão as providências judiciais e extrajudiciais necessárias ao desempenho das atribuições dos seus órgãos de execução, a forma da participação dos demais órgãos do Ministério Público neles envolvidos e os meios, recursos e controle para as suas execuções.

19

O Estado do Pará deve adotar medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra, com medidas específicas para combater o extermínio da juventude negra. Assim, nos termos da Lei nº 9.341/2021, sem prejuízo da destinação de recursos ordinários, poderão ser consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social as seguintes fontes de financiamento, EXCETO:

A) Doações voluntárias de particulares.
B) Transferências voluntárias da União.
C) Doações de organizações não governamentais.
D) Transferências voluntárias de outros estados e dos municípios.

20

Considerando a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, quanto aos direitos, garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, assinale a alternativa correta.

A) Não será concedida ajuda de custo ao membro do Ministério Público por ocasião da investidura no cargo inicial da carreira.
B) O subsídio mensal dos membros do Ministério Público será fixado e reajustado pela Assembleia Legislativa, mediante lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça.
C) Os membros do Ministério Público são remunerados exclusivamente por subsídio mensal, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de quaisquer adicionais e indenizações.
D) Serão concedidas diárias para viagem, passagem ou indenização de transporte quando o deslocamento do membro do Ministério Público constituir exigência permanente do cargo.

21

Por meio da Lei nº 9.341/2021, o Estado do Pará instituiu o Estatuto da Equidade Racial, estabelecendo direitos da população negra. Considerando as medidas previstas na referida norma, é correto afirmar que:

A) O Poder Público Estadual deve adotar medidas para inventariar, restaurar e proteger os sítios arqueológicos vinculados às religiões de matrizes africanas.
B) Uma das diretrizes expressas da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra determina o fortalecimento de programas voltados ao atendimento de pacientes com Atrofia Muscular Espinhal – AME.
C) Um dos objetivos da Política Estadual de Saúde Integral da População Negra é o atendimento ambulatorial, odontológico, nutricional e hospitalar específico, prestado diretamente nas comunidades quilombolas remanescentes.
D) Uma das estratégias para o fomento ao pleno acesso da população negra às práticas desportivas é o reconhecimento da atividade capoeirista como modalidade de luta esportiva e não mais de manifestação de dança e música.

22

No que tange ao regramento vigente sobre concursos públicos, previsto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará, conforme Lei nº 5.810/1994, assinale a afirmativa correta.

A) A aprovação em concurso público gera o direito à nomeação, respeitada a ordem de classificação dos candidatos habilitados.
B) As provas serão avaliadas na escala de zero a cem pontos e, aos títulos, quando afins, serão atribuídos dez pontos, no máximo.
C) Os candidatos regularmente inscritos deverão comprovar, no ato da inscrição no concurso público, os requisitos previstos no edital.
D) Os concursos terão a validade de dois anos, a contar da publicação da classificação final, prorrogável expressamente uma única vez por igual período.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

23

Nos termos da Carta Magna de 1988, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. Dentre as formas de participação do povo na condução de assuntos relevantes para a sociedade, NÃO é uma hipótese prevista constitucionalmente a:

A) Iniciativa de projetos de lei.
B) Iniciativa de proposta de emenda constitucional.
C) Manifestação durante o processo de criação de novos Municípios.
D) Manifestação durante o processo de criação de novos Estados-membros.

24

O Brasil pode ganhar um novo estado. Um projeto de criação de Tapajós, que se tornaria a 28ª unidade federativa do país, está em tramitação no Senado. O processo é complexo e passa por várias instituições políticas. De acordo com o projeto, se o Tapajós for criado, ele terá Santarém como sua provável capital e 43,15% do atual território do Estado do Pará.

(Disponível em: https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/11/18/estado-de-tapajos-entenda-o-processo-de-criacao-e-o-plebiscito.ghtml. Adaptado. Acesso em: 25/06/2022.)

A respeito da criação de novos estados e seu tratamento na Constituição da República Federativa de 1988, assinale a afirmativa correta.

A) Pressupõe a existência de Lei complementar da União estabelecendo período possível para criação de novos Estados.
B) Tem, dentre seus requisitos, a necessidade de divulgação de Estudos de Viabilidade Estadual e a edição de Lei estadual.
C) A cisão ou subdivisão de um estado acarreta a perda de parte de sua população e de seu território, não havendo perda da personalidade jurídica do ente primitivo.
D) Depende de aprovação da população diretamente interessada, assim entendida como a população tanto da área a ser desmembrada do Estado-membro como a da área remanescente.

25

Ao revisar nota técnica elaborada por um colega, determinado analista do Ministério Público do Pará se deparou com a transcrição de algumas atribuições de órgãos/entidades previstos constitucionalmente; analise-as.

I. Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano.
II. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
III. Elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

A associação correta que deve ser realizada pelo servidor acerca das atribuições mencionadas é

A) **I.** Ministério Público **II.** Defensoria Pública **III.** Conselho Nacional de Justiça
B) **I.** Supremo Tribunal Federal **II.** Defensoria Pública **III.** Conselho Nacional de Justiça
C) **I.** Conselho Nacional de Justiça **II.** Conselho Nacional do Ministério Público **III.** Ministério Público
D) **I.** Conselho Nacional do Ministério Público **II.** Ministério Público **III.** Conselho Nacional de Justiça

26

Segundo o constitucionalista Bernardo Gonçalves Fernandes, as emendas constitucionais são espécies normativas primárias que são produzidas mediante procedimento e quórum especial, e que, uma vez aprovadas, agregam ao texto constitucional (ou seja, viram norma constitucional com o mesmo *status* de qualquer outra). Acerca do processo legislativo das emendas constitucionais, assinale a afirmativa correta.

A) A Constituição contém clara vedação à aprovação de emenda na vigência de intervenção federal, mas não proíbe expressamente a tramitação de uma proposta de emenda constitucional no mesmo período.
B) Se as Assembleias Legislativas das unidades da Federação de pelo menos cinco estados manifestarem-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, é possível o exercício da iniciativa de uma proposta de emenda constitucional.
C) A Constituição de 1988, desde sua promulgação, previu que o quórum de votação das emendas constitucionais também se prestaria para a incorporação, com mesmo grau hierárquico, dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.
D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada se sujeita ao regime da irrepetibilidade relativa, pois pode ser objeto de nova proposta, na mesma sessão legislativa, mediante provocação da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

27

Ramirez, de nacionalidade mexicana, reside em Redenção, no Estado do Pará, há trinta anos ininterruptos e não possui condenação penal. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Ramirez, na condição de estrangeiro, é titular de um direito fundamental específico que não se aplica a brasileiros.
B) Ramirez adquiriu a nacionalidade brasileira derivada para todos os fins legais, independentemente de pedido, após completar quinze anos ininterruptos de residência no país.
C) Caso venha a adquirir a nacionalidade brasileira, Ramirez poderá perdê-la caso, sem licença do Presidente da República, aceite comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro.
D) Após sua naturalização especial, Ramirez poderá vir a perder a nacionalidade brasileira somente se, por sentença judicial, tiver cancelada sua naturalização em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.

28

Ao Presidente da República, dentre outros papéis no processo legislativo federal, cabe a manifestação, em momento oportuno, acerca de sua aquiescência (sanção) ou discordância (veto) sobre o projeto ou medida em discussão. Especificamente com relação a esse assunto, assinale a afirmativa correta.

A) A participação do Chefe do Poder Executivo no processo legislativo das emendas constitucionais não inclui a possibilidade de sanção ou veto.
B) A medida provisória publicada e integralmente aprovada sem alterações pelo Congresso Nacional deve ser encaminhada ao Presidente da República para sua sanção ou veto.
C) A ulterior aquiescência do Chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de Lei, tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade, quando dele seja a prerrogativa usurpada.
D) O ordenamento jurídico brasileiro admite a chamada sanção tácita pelo Presidente da República, como ocorre, a título de exemplo, no caso de medida provisória não apreciada dentro do prazo previsto na Constituição da República.

29

No que concerne ao regime de responsabilidades do Presidente da República, assinale a afirmativa correta.

A) O Presidente ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a aprovação de sua denúncia pela Câmara dos Deputados.
B) São da competência legislativa da União a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.
C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
D) Quando do processamento e julgamento do Presidente da República por crimes de responsabilidade, funcionará como Presidente o do Congresso Nacional, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

30

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, levando em consideração o entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir.

I. É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
II. É inconstitucional lei ordinária que obrigue a manutenção de livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.
III. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.
IV. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

Após análise dos itens, conclui-se que

A) uma assertiva está correta.
B) três assertivas estão corretas.
C) duas assertivas estão corretas.
D) nenhuma assertiva está correta.

31

Trinta e quatro Senadores da República da oposição pretendem instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar suposto esquema de superfaturamento na realização de obras públicas em âmbito federal. A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

A) No caso em apreço, o quórum para requerimento de instalação da CPI não foi atingido.
B) A garantia da instalação da CPI depende, além do atingimento do quórum necessário, de deliberação plenária do Senado.
C) Na constituição da CPI, deverá ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.
D) A CPI, uma vez instalada, poderá requerer a convocação do Chefe do Poder Executivo da União para depor, caso existam indícios de seu envolvimento em práticas ilícitas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

32

A Responsabilidade do Estado evoluiu da inicial irresponsabilidade estatal (*The King can do no wrong*) para a atual responsabilidade objetiva do Estado. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência pátrias dominantes, sobre a Responsabilidade do Estado, analise as afirmativas a seguir.

I. No Brasil, aplica-se a Teoria do Risco Integral nos casos de danos ambientais, danos nucleares e para atentados terroristas em aeronaves de qualquer nacionalidade, se ocorridos no Brasil.

II. Caso uma pessoa, por vontade própria, provoque dano a si mesma, envolvendo no fato a Administração Pública, será aplicada a Teoria do Risco Administrativo, que permite excludentes de ilicitude, a exemplo de culpa exclusiva da vítima.

III. O prazo para terceiros ingressarem em juízo com as ações de responsabilização extracontratual do Estado, em regra, será de cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

Está correto o que se afirma em

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

33

Licitação é o procedimento prévio à realização de contratos administrativos e visa assegurar o interesse público. De acordo com as legislações vigentes, sobre Licitações, analise as afirmativas a seguir.

I. Atualmente, tanto a Lei nº 14.133/2021, quanto a Lei nº 8.666/1993 estão em vigor no país. Mesmo com a publicação e vigor da primeira, a segunda continua podendo ser utilizada em procedimentos licitatórios até abril de 2023.

II. Quando da realização de procedimento licitatório, o poder público poderá combinar a aplicação das Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021, devendo, no edital, no aviso ou no instrumento de contratação direta, informar expressamente que está procedendo deste modo.

III. Uma das inovações trazidas pela Lei nº 14.133/2021 foi a modalidade de licitação chamada de Diálogo Competitivo. Nela a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentarem proposta final, após o encerramento dos diálogos.

IV. As modalidades licitatórias Convite e Tomada de Preço, dispostas na Lei nº 8.666/1993, não são tratadas na Lei nº 14.133/2021.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) II e III.
C) I, III e IV.
D) II, III e IV.

34

Controle administrativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua própria atuação. De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência dominantes no Brasil, sobre Controle Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. O Mandado de Segurança, o *Habeas corpus*, a Ação Popular, o Mandado de Injunção, o *Habeas data* e a Ação Civil Pública são importantes instrumentos de controle judicial da Administração Pública.

II. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) são importantes instrumentos de controle político realizado pelo Poder Legislativo.

III. O controle hierárquico é importante instrumento de controle administrativo exercido internamente no âmbito da própria Administração.

IV. Os Tribunais de Conta são importantes ferramentas de controle administrativo auxiliares do Poder Legislativo. No âmbito dos Municípios, tem-se a presença do Tribunal de Contas Municipais, criado apenas nos municípios que atinjam o contingente populacional de dois milhões de habitantes.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e III.
C) I, II e III.
D) II, III e IV.

35

Ato administrativo, na concepção de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, "*é declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário*" (DI PIETRO: 2022). De acordo com a legislação, doutrina e jurisprudência pátrias dominantes, sobre ato administrativo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo federal, dispõe que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

( ) Presunção de Legitimidade e Autoexecutoriedade são alguns dos atributos dos atos administrativos.

( ) De acordo com parte da doutrina, são requisitos de validade dos atos administrativos: competência, forma, finalidade, motivo, e objeto.

( ) A convalidação de ato administrativo é uma forma de suprir defeitos leves, como a competência e o motivo do ato, por meio de um segundo ato chamado ato convalidatório, tendo em vista a preservação de sua eficácia.

A sequência está correta em

A) V, V, V, F.
B) F, V, F, V.
C) V, F, V, F.
D) F, F, F, V.

36

Para o exercício de sua missão, a Administração Pública tem, atribuídas pelas normas jurídicas, certas prerrogativas que constituem poderes-deveres para a realização do interesse público. Analise as situações hipotéticas, considerando o poder da Administração Pública a elas relacionado.

I. Quando um fiscal da Prefeitura de determinado Município vai a uma obra exigindo a apresentação de alvará de construção e, caso não exista, embarga a obra, estar-se-á diante do poder de polícia.

II. Quando determinada Lei pede análise de elementos como intenção, grau de instrução, conhecimento técnico, para determinar que, diante do caso concreto o agente – baseado em critérios de oportunidade e conveniência – aplique advertência, multa pecuniária ou apreensão de bem, estaremos diante do poder vinculado.

III. Apurado o cometimento de uma ilegalidade, determinado servidor público foi suspenso de suas atividades por trinta dias. A imposição de sanção ao servidor público é ligada ao poder disciplinar.

IV. Quando um servidor público efetivo atinge setenta e cinco anos e é aposentado compulsoriamente, nos termos da Lei, estar-se-á diante do poder vinculado.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.

37

Determinar, na Ciência Jurídica, o que é o Direito Administrativo, tem sido tarefa dos doutrinadores. Sobre o conceito de Direito Administrativo, analise as afirmativas a seguir.

I. Ramo do Direito Público que estuda princípios e regras reguladores do exercício da função administrativa.

II. Ramo do Direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.

III. Ramificação autônoma da Ciência Jurídica, atrelada ao direito público, concentrando o plexo de relações jurídicas que imantam o elo "Estado *versus* contribuinte", na atividade financeira do Estado, quanto à instituição, fiscalização e arrecadação de tributos.

IV. Conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

Nos termos doutrina pátria, são conceitos possíveis para o Direito Administrativo, apenas

A) I e III.
B) II e III.
C) I, II e IV.
D) II, III e IV.

38

Maria, servidora pública recém concursada do MPPA, inicia o exercício do cargo, estando em dúvida sobre o estágio probatório e suas consequências. Considerando o caso hipotético, nos termos do disposto na Constituição Federal e na legislação do Estado do Pará, Maria deverá cumprir estágio probatório:

A) De dois anos, após os quais adquirirá vitaliciedade, só podendo perder o cargo após sentença judicial transitada em julgado.
B) Por três anos de efetivo serviço, findo os quais adquirirá vitaliciedade, não sendo condição para isso, que seja realizada avaliação especial de desempenho.
C) De três anos, após os quais, adquirirá estabilidade, sendo condição para isso, nos termos da Constituição, aprovação em avaliação especial de desempenho.
D) Por dois anos de efetivo serviço, findo os quais, adquirirá estabilidade, sendo condição para isso, nos termos da Constituição, que seja realizada avaliação especial de desempenho.

39

Sobre os Princípios do Direito Administrativo, assinale a afirmativa que NÃO encontra amparo na doutrina pátria.

A) A Constituição Federal traz os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, sendo estes os únicos princípios aplicáveis à Administração Pública previstos na Lei Maior.
B) No Direto Administrativo brasileiro, alguns autores defendem que a Supremacia do Interesse Público sobre o interesse privado e a Indisponibilidade do Interesse Público são considerados supraprincípios ou superprincípios.
C) Ofende tanto o princípio da Moralidade quanto o da Impessoalidade, a nomeação de parente, até o terceiro grau, da autoridade nomeante, por usa influência, para exercício de cargo em comissão na Administração Pública.
D) A lei que regula o processo administrativo federal, define Razoabilidade e Proporcionalidade como a "adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público".

40

O estudo da organização administrativa pressupõe institutos como a (des)centralização, a (des)concentração, a Administração direta e indireta; as entidades paraestatais e terceiro setor. De acordo com a legislação aplicada ao caso, sobre as Organizações Sociais (OS), componentes do Terceiro Setor, analise as afirmativas a seguir.

I. Podem ser qualificadas como OS as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam de interesse público, tais como ensino e pesquisa científica, desde que cumpram os requisitos previstos na lei da espécie, por ato discricionário de autoridade pública.
II. Aos Estados e Municípios é vedado qualificar entidades sem fins lucrativos como OS, ainda que visando maior flexibilização administrativa.
III. A parceria entre a OS e a Administração Pública concedente da qualificação se dará através da realização contrato de gestão para fomento e execução de suas atividades.
IV. Às OS poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão, sendo ainda possível cessão especial de servidor.

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.
B) III e IV.
C) I, II e III.
D) I, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41

Sobre o Planejamento Plurianual (PPA), um instrumento de planejamento de médio prazo para definir diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Tem como princípios básicos a identificação clara dos objetivos e prioridades do governo em relação ao setor privado; além da transparência e integração dos órgãos gestores dos programas governamentais.
B) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
C) Tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento.
D) As diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada são estabelecidas de forma regionalizada no plano plurianual.

42

Antes que qualquer outra função administrativa seja colocada em prática, as organizações precisam se planejar, ou seja, estabelecer quais serão seus objetivos e os meios utilizados para alcançá-los. Em níveis hierárquicos, o planejamento normalmente compõe-se de três estágios; assinale-os.

A) Estratégico (trabalhado pela alta administração da organização, quando a análise do ponto A é definida e o ponto B é indicado); Tático (a estratégia precisa ser comandada, envolvendo os cargos de chefia e de direção); e, Operacional (ocorre quando da execução do que foi planejado, com o devido monitoramento, acompanhado das respectivas avaliações).

B) Tático (trabalhado pela alta administração da organização, quando a análise do ponto A é definida e o ponto B é indicado); Estratégico (a estratégia precisa ser comandada, envolvendo os cargos de chefia e de direção); e, Operacional (ocorre quando da execução do que foi planejado, com o devido monitoramento, acompanhado das respectivas avaliações).

C) Organizacional (trabalhado pela alta administração da organização, quando a análise do ponto A é definida e o ponto B é indicado); Tático (a estratégia precisa ser comandada, envolvendo os cargos de chefia e de direção); e, Operacional (ocorre quando da execução do que foi planejado, com o devido monitoramento, acompanhado das respectivas avaliações).

D) Tático (trabalhado pela alta administração da organização, quando a análise do ponto A é definida e o ponto B é indicado); Estratégico (a estratégia precisa ser comandada, envolvendo os cargos de chefia e de direção); e, Incremental (ocorre quando da execução do que foi planejado, com o devido monitoramento, acompanhado das respectivas avaliações).

43

O sentido da identidade não é o espaço do aleatório, mas parte de um universo cultural reconhecível e compartilhado [...] seu "sucesso" está ligado a uma comunidade de sentidos e à possibilidade de serem [os símbolos que estruturam os discursos identitários] ao mesmo tempo, inteligíveis e partilhados.

(Schwarcz, 2003, p. 384.)

Sobre a identidade nacional brasileira, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O trabalho de construção da nacionalidade começa, então, com a nacionalização do monarca. Pedro I é mostrado como alguém que renuncia Portugal e assume a nacionalidade brasileira.

B) A construção da identidade brasileira na literatura passa-se pela síntese do velho e do novo mundo, construída depois da destruição do edifício colonial e dos elementos perversos da natureza.

C) O Brasil representou uma das primeiras experiências bem-sucedidas de criar uma nação fora da Europa. A nação é vista como uma comunidade de destino, acima das classes, acima das regiões, acima das raças.

D) No trabalho de constituição da nacionalidade, a literatura teve um papel fundamental. Os autores abolicionistas, com especial destaque para Joaquim Nabuco, estiveram na linha de frente da construção da identidade nacional.

44

Dizer que somos seres falantes significa dizer que temos e somos linguagem, que ela é uma criação humana (uma instituição sociocultural), ao mesmo tempo que nos cria como humanos (seres sociais e culturais).

(CHAUI, 2005, p. 154-155.)

Sobre a linguagem, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Refere-se ao mundo por meio das significações e, por isso, podemos nos relacionar com a realidade por intermédio dos objetos.

( ) Relaciona-se com sentidos já existentes e cria sentidos novos e, por isso, podemos nos relacionar com o pensamento por meio das palavras.

( ) Exprime e descobre significados e, por isso, podemos nos comunicar e nos relacionar com os outros.

( ) Tem o poder de suscitar significações, de evocar recordações, de imaginar o novo ou o existente e, por isso, a literatura é possível.

A sequência está correta em

A) F, V, V, V.

B) V, V, F, F.

C) F, F, V, V.

D) V, F, F, F.

45

Pois o homem é o único animal que se constrói pela lembrança, pela recordação e pela saudade, e se desconstrói pelo esquecimento e pelo modo ativo com que consegue deixar de lembrar.

(DAMATTA, 1986, p. 68.)

Podemos afirmar que esse pensamento expressa o caráter:

A) Social.
B) Natural.
C) Cultural.
D) Histórico.

46

Para *Chaui* (2005), a cultura é instituída no momento em que os humanos determinam para si regras e normas de conduta que asseguram a existência e conservação da comunidade; dessa forma, devem ser obedecidas sob pena de punição. Em relação à cultura, analise as afirmativas a seguir.

I. Cabe à cultura a criação da ordem simbólica da lei; de sistemas de interdições e obrigações estabelecidas a partir da atribuição de valores às coisas.
II. Tem o sentido de criação de uma ordem simbólica da sexualidade, da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano.
III. Pode ser vista como o conjunto de práticas comportamentais, ações e instituições pelas quais os humanos se relacionam entre si e com a natureza e dela se assemelham.
IV. A cultura no singular não existe, mas culturas, no plural, pois os sistemas de proibição, permissão, bem como as instituições, as crenças, os comportamentos variam de formação social para formação social.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) II e III, apenas.
C) I, II e IV, apenas.
D) I, III e IV, apenas.

47

No Brasil, o embrião do planejamento orçamentário decorreu das Guerras Napoleônicas, obrigando a mudança da Família Real Portuguesa para terras tupiniquins. Dom João VI capitaneou tal processo, impulsionado pela abertura dos portos e, consequentemente, instituição de tributos aduaneiros, estabelecendo o Tesouro Nacional em 1808. A partir de então, iniciou-se a criação de um aparato estatal e uma necessidade de sistematização e planejamento das execuções estatais. Na legislação brasileira atual, o planejamento público é ancorado em instrumentos; assinale-os.

A) Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que devem atuar em conjunto com a Lei Orçamentária Anual (LOA) como um processo único.
B) Plano Quadrienal (PPQ) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que devem atuar em conjunto com a Lei Orçamentária Anual (LOA) como um processo único.
C) Plano Quadrienal (PPQ) e Lei Orçamentária Anual (LOA), que devem atuar em conjunto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) como um processo único.
D) Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que devem atuar em conjunto com a Lei Orçamentária Anual (LOA) como etapas independentes e separadas.

48

Sobre o plano de metas, um programa, cuja finalidade era melhorar as infraestruturas brasileiras implementado durante o governo de Juscelino *Kubitschek* (1956-1960), assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Uma das principais obras foi a implantação da indústria automobilística através de incentivos fiscais. Apostou-se pela criação de fábricas que produzissem veículos genuinamente nacionais.
B) Definia trinta objetivos, agrupados em cinco setores, a serem alcançados: energia; transporte; indústria; educação; e, alimentação. Sua meta-síntese era a construção de Brasília e a transferência da capital federal.
C) Propunha a expansão da indústria siderúrgica como forma de desenvolver outras indústrias, como a indústria de bens de capital e de papel e madeira; e que a iniciativa privada deveria ficar responsável por essa industrialização.
D) Pela complexidade de suas formulações, quando comparado com essas tentativas anteriores, e pela profundidade de seu impacto, pode ser considerado como a primeira experiência efetivamente colocada em prática de planejamento governamental no Brasil.

49

O plano diretor como instrumento de planejamento é o mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando por base um lado de interesses coletivos e difusos, como a preservação da natureza e da memória, bem como de outros interesses. Sobre o plano diretor, analise as afirmativas a seguir.

I. É o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana; deve ser aprovado pela Câmara Municipal que, por seu turno, incumbe definir as exigências fundamentais de ordenação da cidade que delineiam o cumprimento da função social da propriedade urbana.

II. É o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento do município, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e prioridades nele contidas.

III. Em conjunto com os demais planos e projetos urbanísticos compõe os instrumentos de planejamento urbano e ordenamento territorial do município, operando a política pública urbana dissonante a cada instrumento.

IV. Os municípios têm a competência material de promover a ordenação territorial de suas cidades. Essa ordenação da produção e transformação do espaço urbano deve seguir um planejamento, que se concretiza na elaboração e execução de planos, normas de controle do uso e ocupação do solo e projetos urbanísticos.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) I, II e IV, apenas.
D) II, III e IV, apenas.

50

O planejamento é, muitas vezes, confundido com o plano, programa ou projeto, que são apenas os meios pelos quais o planejamento se expressa. Carvalho (1978) torna claro o lugar de cada um no interior do processo geral que pretende concretizar políticas públicas. Sobre tais instrumentos, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Plano.
2. Programa.
3. Projeto.

( ) Trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas.

( ) Contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados para os objetivos, estratégias e metas de um governo.

( ) É o documento que indica um conjunto de projetos, cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.

A sequência está correta em

A) 3, 1, 2.
B) 2, 1, 3.
C) 1, 3, 2.
D) 3, 2, 1.

51

O planejamento estratégico vem sendo entendido como a forma contemporânea da planificação. Os estudos permitiram que a temática do planejamento pudesse ressurgir com renovada importância no contexto sociopolítico e institucional, nos níveis local, estadual, nacional e mundial, quer no âmbito da Administração Pública, quer no do setor privado. Considerando o planejamento estratégico, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A noção de estratégia no planejamento surge para desvendar o seu caráter de concepção e ação (institucional ou não), que busca efetividade em um ambiente homogêneo.
B) Em oposição ao planejamento tradicional, o planejamento estratégico visa superar os mitos do instrumental técnico neutro, do técnico planejador e da previsão do futuro.
C) A concepção de "estratégia" resgata a noção de combate e a partir dela, pode-se reconhecer as instituições como trincheiras específicas de luta, naturalmente, com mediações.
D) O conceito de estratégia está vinculado à ciência ou à arte da guerra, daí que seu sentido etimológico, tomado do grego *strategía*, o define como arte militar, de planejar e executar movimentos e operações de tropas.

52

Em pouco mais de uma geração a partir dos meados do século XX, o Brasil se transformou de um país predominantemente agrário, em um país virtualmente urbanizado.

(DEÁK e SCHIFFER, 2015, p. 11.)

Dentre os elementos centrais para o início do processo de urbanização no Brasil, pode-se destacar:

A) Vinda da família real para o Brasil e promulgação da Lei de Terras.
B) Criação do Plano Nacional de Saneamento e o Serviço Federal da Habitação e Urbanismo.
C) Vinda da família real para o Brasil e promulgação da Lei Áurea que aboliu a escravidão no Brasil.
D) Promulgação da Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queirós, decretando a abolição do tráfico negreiro no Brasil.

53

Uma genérica e repetitiva rotina institucional que não desperta apelo, não condiz com a noção de estratégia e de combate, como a rotina de meses e meses de despachos burocráticos cotidianos; por isso, as instituições devem ter coragem de se comprometer com metas que estão fora do alcance.

(TEIXEIRA, 2022, p. 8.)

Considerando as informações anteriores, um dos maiores empecilhos para o planejamento estratégico, encontra-se em:

A) Custo.
B) Burocracia.
C) Autoritarismo.
D) Falta de recursos.

54

O planejamento estratégico absorve a categoria estratégia e lhe dá visibilidade por agregar ao processo a noção de mobilização, de negociação, de movimento, de manejo de técnicas e recursos. Podemos afirmar que os seguintes procedimentos, inter-relacionados, passam a fazer parte do exercício de planejar a identificação, EXCETO:

A) Do “terreno” ou “cenário” em que se desenvolverá a ação e suas tendências.
B) Do custo (processual, pessoal e material) da estratégia escolhida para resolver o problema.
C) Do perfil das forças em confronto, seus recursos, suas técnicas, suas alianças (em magnitude e qualidade), sua capacidade operacional.
D) De “aliados”, “oponentes”, “interessados”, “neutros” e, em alguns casos, até “inimigos”, mapeando a natureza e consistência de seus vínculos.

55

Na maioria dos países, o planejamento, seja ele robusto e sofisticado, ou composto por diretrizes genéricas, não orienta a formulação de políticas públicas setoriais ministeriais, nem as prioridades do governante.

(TONI, 2021, p. 23.)

Utilizando o texto como reflexão e pensando nos entraves na relação entre planejamento e implementação das políticas públicas, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Falta de coerência entre planejamentos.
B) Incapacidade de atualizar o planejamento em face de fatos novos da conjuntura, como crises e demandas inesperadas.
C) Associação entre planejamento estratégico governamental e execução orçamentária, conduzindo o planejamento das prioridades do governo.
D) Risco de ineficiência na implementação de políticas públicas pela duplicação ou sobreposição de planos e projetos, afetando a coordenação do governo.

56

A natureza estratégica do planejamento no ambiente de governo está obviamente relacionada aos *locus* onde os processos políticos, administrativos e organizacionais ocorrem. Esse ambiente, chamado de “núcleo ou centro” de governo, vem sendo abordado recentemente pela literatura e nos últimos anos por organizações relacionadas à governança das relações multilaterais. Para cumprir esses objetivos, o núcleo de governo está organizado e/ou dividido em diferentes funções. São elas, EXCETO:

A) Viabilizar a coordenação de políticas.
B) Comunicar objetivos e resultados das ações de governo.
C) Controlar e fiscalizar o desempenho e a performance do governo.
D) Garantir as condições políticas para implementação dos programas e projetos.

57

Aquilo que nas últimas décadas tem sido denominado planejamento urbano (e que nas décadas de 1930 e 1940 se chamava urbanismo) é a ação do Estado sobre a organização do espaço intraurbano.

(VILAÇA, 2015, p. 173.)

Um aspecto importante dentro do planejamento urbano é a distinção entre plano e projeto. São consideradas características presentes no plano, EXCETO:

A) Abrangência de todo o espaço urbano.
B) Abrangência circunscrita ao objeto de intervenção e diagnóstico.
C) Continuidade de execução e necessidade de revisões e atualizações.
D) Interferência da ação sobre a maioria ou grande contingentes da população.

58

O planejamento realiza essencialmente na produção de políticas, que materializam a intencionalidade governamental, isto é, realizam no presente os objetivos que se alinham e acumulam resultados para uma determinada estratégia. Nesse sentido, há interfaces muito claras entre o planejamento estratégico e a produção de políticas, que podem ser enumeradas, EXCETO:

A) Ao influenciar diretamente a capacidade de governo das organizações públicas, o planejamento estratégico pode aumentar a governabilidade na execução de políticas, diminuindo o conhecido "*deficit* de implementação".
B) Na medida em que o planejamento está associado ao funcionamento do Estado, pode-se dizer que a capacidade de planejar permite garantir a institucionalidade do jogo democrático, estabelecendo parâmetros, regras e garantias para que a competição política.
C) A execução do ciclo de políticas públicas pode subsidiar a qualificação do sistema de planejamento estratégico, na medida em que aumenta a perícia dos atores sociais, em especial os gestores públicos, na identificação de problemas, análise estratégica e formulação de cenários.
D) A existência de um sistema de planejamento governamental é independente da elaboração e implementação efetiva de políticas públicas, porque o planejamento viabiliza o desenho e a execução enquanto a política faz outro percurso buscando otimizar a relação entre meios e fins, recursos disponíveis e resultados almejados.

59

***Durkheim* ocupou a primeira cadeira universitária de Sociologia em Bordeaux, no ano de 1887. Sua principal preocupação era definir um objeto próprio para a sociologia. Considerando as definições de *Durkheim* sobre o fato social, analise as afirmativas a seguir.**

I. Os fatos sociais existem fora das consciências individuais, sendo exteriores e antecedendo-as.
II. Uma ordem de fatos que não podem ser confundidos com fenômenos orgânicos, uma vez que consistem em representações e ações.
III. As correntes sociais constituem em uma ordem de fatos sociais que advém do exterior a cada um dos indivíduos sendo capaz de arrebatá-los.
IV. O fato social pode ser constatado seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela aceitação que o fato impõe.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) III e IV, apenas.
D) I, II e III, apenas.

60

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, o pensamento sociológico brasileiro passou a preocupar-se cada vez mais com temas como: industrialização e dependência. São pensadores que se destacaram com estudos nesses temas e suas respectivas obras, EXCETO:

A) Aristóteles Moura, *Dialéctica de la Dependencia*.
B) *San Tiago Dantas*, Política externa independente.
C) Theotônio dos Santos, *Dependencia y Cambio Social*.
D) *Florestan Fernandes*, Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.

61

O domínio do trabalho científico não tem por base as conexões "objetivas" entre as "coisas", mas as conexões conceituais entre os problemas.

(WEBER, 2014, p. 55.)

Considerando as definições de *Max Weber* sobre a ação social, analise as afirmativas a seguir.

I. A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores).

II. A ação social não é idêntica nem a uma ação homogênea de várias pessoas, nem a qualquer ação influenciada pelo comportamento de outros.

III. A tentativa de desvio entre dois ciclistas é um simples acontecimento não podendo ser considerada ação social.

IV. A ação social como toda ação pode ser determinada de modo racional referente a fins, ou de modo racional referente a tradição.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II, III e IV, apenas.

62

Ponto importante do constructo teórico deixado por *Émile Durkheim* está na conceituação e na função da divisão do trabalho. Sobre as suas formulações, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) No caso da divisão do trabalho, os serviços econômicos que ela proporciona são de menor monta ao lado do efeito moral que produz.

( ) A história da sociedade conjugal oferece um exemplo impressionante do efeito gerado pela divisão do trabalho na produção de solidariedade.

( ) O efeito mais notável da divisão do trabalho é que ela aumenta o rendimento das funções divididas, tornando-as concorrentes.

( ) O papel da divisão, em todos os casos, não é simplesmente ornamentar ou melhorar as sociedades existentes, mas tornar possível as sociedades.

A sequência está correta em

A) V, V, F, V.
B) V, F, V, V.
C) F, V, V, F.
D) F, F, F, F.

63

As informações "O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim" e "O progresso é o desenvolvimento da ordem" são duas das máximas mais importantes de *Auguste Comte*, filósofo francês, nascido no ano de 1798, que demonstram claramente algumas das ideias básicas da doutrina positivista, bem como sua influência na construção do Brasil Republicano. Sobre a sociedade positivista postulada por *Auguste Comte,* analise as afirmativas a seguir.

I. Se propõe, pois, a fazer gradualmente prevalecer os princípios dessa nova ciência, aplicando-os oportunamente ao curso natural dos acontecimentos, seja para apreciar os fatos já ocorridos e as medidas adotadas, seja, sobretudo, para assinalar as tendências reais e indicar os melhores meios de as regularizar.

II. Aplicará a doutrina fundamental para esboçar espontaneamente, tanto quanto o permite, as funções de apreciação, de conselho e de preparação que este poder definitivo deverá preencher sistematicamente.

III. Não será, em seus sentimentos e em seus pensamentos, nem nacional, nem cosmopolita, mas ocidental: de resto, conceberá a regeneração final como devendo em seguida se estender.

IV. Exercerá sua função espiritual, não somente por meio de suas discussões internas, mas também através de seus escritos e discursos públicos, bem como por suas petições sistemáticas à Assembleia Nacional.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e III, apenas.
C) I, II e IV, apenas.
D) II, III e IV, apenas.

64

O positivismo, linha teórica sociológica criada por *Auguste Comte*, surgiu no século XIX como contraponto ao racionalismo abstrato do liberalismo e atuou como pensamento dominante tanto como método quanto como doutrina. Diante do exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Método positivista.
2. Doutrina positivista.

( ) Apresentava-se como revelação da própria ciência, ou seja, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir.
( ) Tem como embasamento a certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica.
( ) A palavra de ordem era desprezar a inacessível determinação das causas, dando preferência à procura das leis.
( ) Apresentava-se como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo.

A sequência correta está em

A) 2, 1, 1, 2.
B) 1, 1, 2, 2.
C) 2, 2, 1, 1.
D) 1, 2, 1, 2.

65

A ideologia propriamente dita surge quando, no lugar das divindades, encontramos ideias como causas da sociedade e das relações sociais: o homem, a pátria, a família, a escola, o progresso, a ciência, o Estado, o bem, o justo.

(CHAUI, 2005, p.389.)

Diante do exposto, pode-se afirmar que a ideologia:

A) Permeia toda construção humana com a função principal de evidenciar as contradições e a luta de classes.
B) Está presente nos povos originários; na construção das mitologias, é a manifestação da consciência ou das ideais.
C) É um fenômeno moderno que permite a unificação e a identificação social; é a lógica da dominação social e política.
D) É um fenômeno histórico-social decorrente da evolução humana que permite a unificação e a identificação social para liberdade.

66

O conceito de dominação deve ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem.

(Max Weber 1999, p. 33.)

Considerando o conceito de dominação e associação de dominação, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Um exemplo de associação de dominação está no chefe beduíno, que comanda e domina pessoas diversas e indeterminadas que formam uma associação.
B) Tem-se uma associação de dominação na medida em que seus membros, como tais, estejam submetidos a relação de dominação, em virtude da ordem vigente.
C) Uma associação de dominação denomina-se hierárquica quando e na medida em que se aplica à coação psíquica, concedendo-se ou recusando-se bens de salvação.
D) A situação de dominação está ligada à presença efetiva de alguém mandando eficazmente em outros, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação.

67

O processo de racionalização em *Max Weber* está ligado ao desenvolvimento da civilização ocidental e às formas como as instituições se formaram. Considerando a classificação das diversas formas de racionalidade, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Racionalidade formal.
2. Racionalidade substantiva.
3. Racionalidade meio finalística.
4. Racionalidade quanto aos valores.

( ) Está relacionada com as formas metódicas e calculistas do sistema jurídico e econômico das sociedades modernas.
( ) Caracteriza-se pela tomada de decisão associada aos sentimentos.
( ) Ocorre quando há o cálculo de meios a serem tomados para que um objetivo seja alcançado.
( ) É relativa ao conteúdo dos fins operacionais dos sistemas legal, econômico e administrativo.

A sequência está correta em

A) 1, 4, 3, 2.
B) 4, 2, 3, 1.
C) 3, 4, 1, 2.
D) 2, 4, 1, 3.

68

Entre os anos 1980 e 2000 mudanças importantes processaram-se na configuração dos movimentos sociais. Esses passaram a se caracterizar pela organização em rede, pela horizontalidade e pluralidade ideológica.

(Gohn, 2014.)

Sobre os novos movimentos sociais, pode-se afirmar que:

A) Designam o movimento operário, dizendo respeito às organizações da classe operária em suas mobilizações, sindicatos e partidos.
B) Falar de novos movimentos sociais é sinônimo de falar da classe operária, sendo que a organização em sindicatos e partidos seria sua forma mais acabada de organização racional.
C) Caracterizam-se por não terem como objetivo principal a tomada de poder e nem a participação direta na esfera política (como em partidos), situando-se dentro da perspectiva de sociedade civil.
D) Surge na sociedade pós-industrial; o campo econômico torna-se o *locus* de formação das principais contestações e lutas, havendo um ataque à primazia das relações culturais por parte dos teóricos.

69

O sociólogo canadense *Erving Goffman* (1922-1981) destacou-se por seus estudos sobre a vida cotidiana, em particular sobre os processos de interação simbólica que estruturam a identidade dos indivíduos. O entrelaçamento entre identidade pessoal e identidade social consiste, para *Goffman*, naquilo que entendemos por biografia do indivíduo. Como uma questão de ordem, *Goffman* destaca algumas definições implícitas, fundamentais sobre as interações sociais. Diante do exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Interação face a face.
2. Desempenho (performance).
3. Movimento/prática.
4. Papel social.

( ) Em linhas gerais, como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando da presença física imediata.
( ) Toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, outros participantes.
( ) Padrão de ação (pré)estabelecido que se desenvolve durante a representação e que pode ser repetido em ocasiões futuras.
( ) A promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, envolvendo um ou mais movimentos para diversos públicos.

A sequência está correta em

A) 1, 2, 3, 4.
B) 2, 1, 3, 4.
C) 3, 2, 4, 1.
D) 1, 3, 4, 2.

70

A reforma gerencial do orçamento público, introduzida no início dos anos 2000, inovou ao propor a reorganização dos programas de governos dos entes públicos, passando a ser baseados em resultados com indicadores e metas, indo além da mera alocação de receitas e despesas. A reforma gerencial do orçamento público materializou o espírito de planejamento por resultados trazidos pela Constituição Federal e tratados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) como um dos pilares da Gestão Pública. Sobre o papel do planejamento na administração, analise as afirmativas a seguir.

I. O planejamento é a primeira das quatro funções clássicas que compõem o ciclo administrativo: planejamento; organização; direção; e, controle.
II. O planejamento estabelece um espaço decisório no qual são definidas quais políticas públicas terão a primazia na alocação de recursos.
III. O ato de planejar não decorre apenas de uma necessidade administrativa, mas também de imposições constitucionais e legais a que se submetem todos aqueles que gerem a coisa pública.
IV. O planejamento e o orçamento são tratados de forma integrada pela CF (1988) que prevê a existência de três leis independentes, que funcionam como instrumentos de planejamento do setor público em todas as esferas de governo.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e IV, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) II, III e IV, apenas.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

DISCURSIVA/REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de texto dissertativo sobre tema da atualidade relacionado ao Ministério Público. Sendo avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos, havendo desconto de 0,2 (zero vírgula dois) ponto por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português, que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta, cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Por linha efetivamente escrita, entender-se-á a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se proposições, conjunções e artigos.
- A prova discursiva para todos os cargos abrangerá os seguintes itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	6	De 0 a 1,5 - Ruim
		De 1,6 a 3 - Regular
		De 3,1 a 4,5 - Bom
		De 4,6 a 6 - Muito Bom
Coerência e Coesão – CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	6	De 0 a 1,5 - Ruim
		De 1,6 a 3 - Regular
		De 3,1 a 4,5 - Bom
		De 4,6 a 6 - Muito Bom
Morfossintaxe – M (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	4	Desconto de 0,10 ponto por erro
Valor total da Prova	**20 pontos**	

Texto I

Normalmente, as definições presentes em documentos oficiais ou legislações que tratam de violência obstétrica – mesmo que não utilizando este termo específico – não são limitadoras. Não existe uma lista fixa de procedimentos ou situações que são condenadas ou proibidas. As definições existentes são construídas com termos mais subjetivos como “abuso”, “desrespeito”, “atendimento de qualidade”, entre outros. Algumas organizações ou meios de comunicação procuram divulgar situações mais comuns que acontecem com mulheres para que fique mais fácil que outras mulheres identifiquem se passaram por uma experiência de violência obstétrica.

(Mariana Jansen. Disponível em: https://www.politize.com.br/violencia-obstetrica/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwrNmWBhA4EiwAHbjEQMyOJrGcxWHqrReQ7SzhWBN4yLj3HPD1GPtLZzwxQAgUECKSFs9Q8BoCGK4QAvD_BwE.)

Texto II

(Disponível em: https://opopular.com.br/noticias/cidades/uma-a-cada-quatro-m%C3%A3es%C3%A9v%C3%ADtima-de-viol%C3%AAncia-obst%C3%A9trica-em-goi%C3%A1s-1.2361819.)

Texto III

A violência obstétrica contribui para a manutenção dos altos índices de mortalidade materna e neonatal no país. Toda mulher tem o direito de ser protagonista na hora do parto e ter autonomia total sobre seu próprio corpo, tendo suas vontades e necessidades respeitadas.

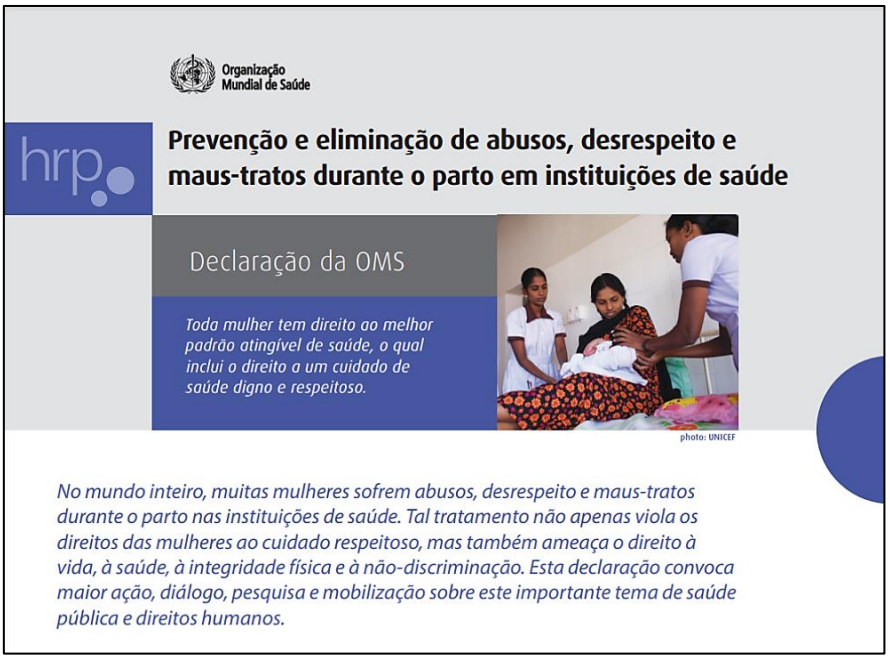
(Disponível em: https://www.naosecale.ms.gov.br/violencia-obstetrica/.)

Texto IV

Os Estados-Partes garantirão à mulher assistência apropriada em relação à gravidez, ao parto e ao período posterior ao parto, proporcionando assistência gratuita quando assim for necessário, e lhe assegurarão uma nutrição adequada durante a gravidez e a lactância."

(Artigo 12, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher.)

Texto V



(Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/134588/WHO_RHR_14.23_por.pdf.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

"Combate à violência obstétrica, uma questão de proteção à vida."

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

É <u>facultativo</u> o uso de máscara durante a aplicação da prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação ou qualquer outro material literário ou visual de consulta.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do Concurso Público, no dia da realização das provas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais ao ingressar e sair de sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, demais procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 70 (setenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos, e uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade relacionado ao Ministério Público.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva). O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), devidamente assinada no local indicado.

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se ausentar do local de realização das provas decorridas 2 (duas) horas do início de sua aplicação. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

11. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o termo específico da ata de aplicação.

RESULTADOS

- O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação oficial do objeto do recurso, contra: as questões da prova objetiva de múltipla escolha e os gabaritos preliminares.
- Para interposição de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico da Consulplan <u>www.consulplan.net</u>, no *link* correspondente ao objeto do recurso.